



Banco Andbank (Brasil) S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	5
Balancos patrimoniais	9
Demonstrações do resultado	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Desempenho nos Negócios

- Resultados**

O Banco apresentou prejuízo no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 de R\$ 386 (prejuízo de R\$ 977 no exercício de 2018). Apesar do resultado adverso, o Banco vem expandindo consideravelmente sua carteira sob gestão através da prospecção de novos agentes autônomos e de novas parcerias. Com isso, o Banco se consolida no segmento Private no Brasil gerando facilidades para concentrar investimentos e gerenciamento de fluxo de caixa de pessoas físicas e jurídicas. Assim, a atuação do Andbank Brasil tem características de inovação, flexibilidade e complementariedade para clientes de alta renda e patrimônio elevado.

- Agência de Rating**

A agência internacional de rating Fitch Ratings, atribuiu notas qualificando a situação financeira Global do Grupo Andbank. A tabela abaixo demonstra o rating atribuído no exercício de 2019:

<u>Agência</u>	<u>Rating</u>
FITCH RATINGS	BBB

Estrutura de gerenciamento de riscos

- Índice da Basileia**

Conforme disposto na Resolução 4.193, de 01.03.2013, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR e de Capital Principal Nível I), demonstramos abaixo o comportamento do índice de Basileia, apurado nos encerramentos trimestrais de 2018 e de 2019, apresentando-se com relativa margem de suficiência, o que evidencia a regularidade no enquadramento do Banco aos atuais 10,5% (PR 8,0% + ACP 2,5%), definidos pelo referido Órgão regulador.

	<u>Patrimônio de Referência</u>	<u>PR Exigido (RWA)</u>	<u>Índice Basileia</u>
<u>2018</u>			
Março	61.121	16.042	32,8%
Junho	61.123	13.798	38,2%
Setembro	58.733	22.720	22,3%
Dezembro	152.648	16.294	80,8%
<u>2019</u>			
Março	151.237	15.310	79,0%
Junho	150.414	15.040	80,0%
Setembro	150.787	19.646	61,4%
Dezembro	88.744	19.334	36,7%

- **Prevenção à “Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo”**

O Banco conta com instrumentos de controle e acompanhamento das operações realizadas com clientes e parceiros, a fim de evitar e combater a “lavagem” de dinheiro oriunda de atividades ilícitas, inclusive aquelas ligadas aos casos de corrupção e terrorismo, através de seus produtos e serviços. Para tanto, possui políticas, processos e sistemas de controle de prevenção à lavagem de dinheiro. A participação frequente da alta administração na prevenção e detecção à “lavagem” de dinheiro assegura o alinhamento entre as diversas áreas e atividades do grupo, bem como possibilita definir políticas aderentes às melhores práticas internacionais. A política “conheça seu cliente”, o programa de treinamento de funcionários, os processos e sistemas de controles e o monitoramento de operações permitem a identificação tempestiva de situações atípicas. Após a análise por especialistas, os casos são submetidos para deliberação da alta administração quanto à pertinência de encaminhamento dos casos às autoridades fiscalizadoras competentes, tendo sido ou não realizada a operação. A área de Compliance é responsável, em primeiro nível, por identificar e recusar negócios e operações que considerarem suspeitas ou atípicas, reportando sempre à alta administração.

Ouvidoria

Atendendo aos normativos do Banco Central do Brasil, foi estabelecido um componente organizacional de Ouvidoria no dia 30 de setembro de 2007. Trata-se de um canal de comunicação entre o Banco e seus clientes, que tem por objetivo a busca contínua do aperfeiçoamento e a melhoria dos produtos, serviços e do atendimento oferecidos, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.433/15 e posteriores alterações.

São Paulo, 25 de março de 2020.



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e aos Administradores do
Banco Andbank (Brasil) S.A.
São Paulo - SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Andbank (Brasil) S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Andbank (Brasil) S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não

expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos

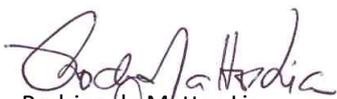
chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2020.

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Rodrigo de Mattos Lia
Contador CRC 1SP252418/O-3

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	2019	2018	Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	2019	2018
Circulante		99.999	141.572	Circulante		58.766	32.139
Disponibilidades	3	4.781	2.385	Depósitos	12	24.958	25.520
Aplicações interfinanceiras de liquidez	3	11.502	98.323	Depósitos à vista		24.723	10.390
Aplicações no mercado aberto		11.502	98.323	Depósitos a prazo		235	15.130
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	4	52.391	15.082	Relações interdependências		-	3
Carteira própria		11.259	7.540	Outras obrigações		33.808	6.616
Vinculados a prestação de garantias		32.163	2.859	Cobrança e arrecadação de tributos	13 a.	1.025	1.037
Instrumento financeiro derivativo		8.969	4.683	Negociação e intermediação de valores	13 c.	4.362	1.491
Relações interfinanceiras	5	372	148	Fiscais e previdenciárias	13 a.	1.467	977
Créditos vinculados		372	148	Diversas	13 b.	26.954	3.111
Operações de crédito		2.876	695	Exigível a longo prazo		32.428	23.461
Setor privado	6	3.016	695	Depósitos	12	4.885	8.954
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	7	(140)	-	Depósitos a prazo		4.885	8.954
Outros créditos		23.929	21.460	Outras obrigações		27.543	14.507
Rendas a receber	8 a.	3.148	2.232	Diversas	13 b.	27.543	14.507
Diversos	8 b.	20.781	19.228	Resultado de exercícios futuros		294	378
Outros valores e bens	10	4.148	3.479	Receitas de exercícios futuros		294	378
Outros valores e bens		3.101	3.101	Patrimônio líquido	16	181.137	178.811
Despesas antecipadas		1.075	406	Capital		221.716	221.145
(Provisão para outros valores e bens)		(28)	(28)	De domiciliados no exterior		221.716	221.145
Realizável a longo prazo		88.679	76.209	Reserva de capital		2.917	95
Títulos e valores mobiliários	4	35.011	32.674	Ajustes de avaliação patrimonial		36	137
Carteira própria		32.917	49	Prejuízos acumulados		(43.532)	(42.566)
Vinculados a prestação de garantias		2.094	32.625				
Operações de crédito		4.936	-				
Setor privado	6	4.961	-				
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	7	(25)	-				
Outros créditos		29.689	27.454				
Diversos	8 b.	29.689	27.454				
Outros valores e bens	10	19.043	16.081				
Despesas antecipadas		19.043	16.081				
Permanente		83.947	17.008				
Investimentos		594	870				
Participações em controladas		594	870				
Imobilizado de uso	11 a.	12.309	5.301				
Outras imobilizações de uso		16.869	8.642				
(Depreciações acumuladas)		(4.560)	(3.341)				
Intangível	11 b.	71.044	10.837				
Ativos intangíveis		49.769	12.740				
Ágio na combinação de negócios		26.377	-				
Ágio na aquisição de investimentos		673	673				
(Amortizações acumuladas)		(5.775)	(2.576)				
Total do ativo		272.625	234.789	Total do passivo e do Patrimônio líquido		272.625	234.789

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 e para o semestre findo em 31 dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	2o. Semestre 2019	2019	2018
Receitas da intermediação financeira		13.283	24.612	18.493
Operações de crédito		259	379	179
Resultado com títulos e valores mobiliários e Aplic. interfinanceiras de liquidez	4 e.	12.813	24.076	17.624
Resultado de Operações de Câmbio		211	157	690
Despesas da intermediação financeira		(519)	(1.199)	(1.572)
Operações de captação no mercado		(369)	(1.034)	(1.574)
Constituição (Reversão) de provisão para créditos de liquidação duvidosa	7	(150)	(165)	2
Resultado bruto da intermediação financeira		12.764	23.413	16.921
Outras receitas/despesas operacionais		(13.890)	(26.888)	(13.497)
Receitas de prestação de serviços	17	15.860	25.007	14.870
Despesas de pessoal	18	(12.127)	(20.893)	(15.348)
Outras despesas administrativas	19	(14.960)	(27.138)	(20.304)
Despesas tributárias		(1.896)	(3.207)	(2.483)
Resultado de investimentos em controladas	23	(17)	(277)	537
Outras receitas operacionais	20	2.608	5.539	13.420
Outras despesas operacionais	21	(3.358)	(5.919)	(4.189)
Resultado operacional		(1.126)	(3.475)	3.424
Resultado não operacional		-	-	5.107
Resultado antes da tributação sobre o resultado		(1.126)	(3.475)	8.531
Imposto de renda e contribuição social		2.859	3.089	(9.508)
Ativo fiscal diferido	9	2.933	3.163	(9.074)
Imposto de renda	22	(37)	(37)	(169)
Contribuição social	22	(37)	(37)	(265)
Lucro (Prejuízo) líquido do semestre / exercício		1.733	(386)	(977)
Quantidade de ações ordinárias		375.313.370	375.313.370	374.162.690
Lucro (Prejuízo) líquido por ação - R\$		0,00462	(0,00103)	(0,00261)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1° de janeiro de 2018		136.786	95	54	(37.541)	99.394
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	83	-	83
Aumento de capital	16	84.359	-	-	-	84.359
Ajuste de exercícios anteriores	2.2	-	-	-	(4.048)	(4.048)
Resultado do exercício		-	-	-	(977)	(977)
Saldos em 31 de dezembro de 2018		221.145	95	137	(42.566)	178.811
Saldos em 1° de janeiro de 2019		221.145	95	137	(42.566)	178.811
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	(101)	-	(101)
Aumento de capital	16	571	2.822	-	158	3.551
Ajuste de exercícios anteriores		-	-	-	(738)	(738)
Resultado do exercício		-	-	-	(386)	(386)
Saldos em 31 de dezembro de 2019		221.716	2.917	36	(43.532)	181.137
Saldos em 1° de julho de 2019		221.716	3.003	307	(45.204)	179.822
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	(271)	-	(271)
Reserva de reavaliação de ativos incorporados		-	(86)	-	86	-
Ajuste de exercícios anteriores		-	-	-	(147)	(147)
Resultado do semestre		-	-	-	1.733	1.733
Saldos em 31 de dezembro de 2019		221.716	2.917	36	(43.532)	181.137

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2º semestre 2019	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro/(Prejuízo) do semestre / exercício		1.733	(386)	(977)
Depreciação e amortização	21	2.193	3.624	2.483
Resultado de investimentos em controladas	23	17	277	(537)
Provisão (Reversão) para créditos de liquidação duvidosa	7	150	165	(2)
(Reversão) Provisão de passivo contingente	14	527	1.258	(5.139)
Amortização ágio		68	135	673
Atualização dos depósitos judiciais e impostos		(456)	(848)	(561)
Ativo fiscal diferido	9	(2.933)	(3.163)	9.074
Resultado líquido ajustado		1.299	1.062	5.014
Variação de ativos e passivos				
		16.503	(18.063)	(7.036)
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários		(8.110)	(39.747)	83
Aumento em relações interfinanceiras		(123)	(227)	(70)
(Aumento) Redução em operações de crédito		(4.954)	(7.282)	15.515
Aumento em outros créditos e outros valores e bens		(3.088)	(5.062)	(24.245)
Redução em depósitos		(5.092)	(4.631)	(2.152)
Aumento em outras obrigações		37.912	38.970	3.455
(Redução) Aumento resultado de exercícios futuros		(42)	(84)	378
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		17.802	(17.001)	(2.022)
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de coligadas		(2)	(2)	-
Aquisição de intangível		(59.877)	(60.244)	(609)
Aquisição de imobilizado		(6.012)	(7.567)	(777)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(65.891)	(67.813)	(1.386)
Fluxo de caixa das atividades de Financiamento				
Aumento de Capital Social	16 a.	-	389	84.359
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		-	389	84.359
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		(48.089)	(84.425)	80.951
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		64.372	100.708	19.757
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	3	16.283	16.283	100.708
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		(48.089)	(84.425)	80.951

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto o preço unitário da ação)

1 Contexto operacional

Em 08 de Janeiro de 2015 foi realizada, após aprovação do Banco Central, a aquisição do controle acionário do Banco Bracce S.A. por Andorra Banc Agrícola Reig S.A. “Andbank”, mudando assim sua denominação de Banco Bracce S.A. para Banco Andbank (Brasil) S.A. O Andbank adquiriu 100% das ações do Banco Andbank (Brasil) S.A. “Banco” com o objetivo de aumentar sua atuação no mercado brasileiro.

O grupo AndBank possui presença global, vasta experiência em mercados emergentes e investe constantemente em inovação tecnológica para disponibilizar aos seus clientes as melhores e mais rápidas soluções, com isso o Banco Andbank entende que existe uma oportunidade no mercado de Private Bank a ser explorada e pretende investir nesse segmento no curto e longo prazo. O Banco está atuando na realização de operações estruturadas e de mercado de capitais, operações de carteira proprietária e prestação de serviços de registro de operações, custódia, agente de pagamento, conta vinculada, entre outros.

Em 06 de junho de 2016, o Banco adquiriu 100% do controle acionário da Andbank Financeira Ltda. (anteriormente denominada LLA Holding Financeira Ltda.) que detém 99,99% do controle acionário da Andbank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (anteriormente denominada LLA Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.), passando, portanto, a focar na área de gestão de patrimônio, foco de atuação do controlador do resto do mundo. O Banco está em processo de transformação para implantação do novo modelo Andbank Private Bankers no Brasil. As principais áreas de transformação são BackOffice e Front Office, com a criação de um portal para nossos clientes, o que, aliado a investimentos que estão sendo realizados no departamento comercial, permitirão ao Banco uma forte expansão dos recursos sob gestão nos próximos anos e, conseqüentemente, a elevação do faturamento com estimativa de obter um lucro tributável futuro para realização do crédito tributário ativado conforme nota explicativa nº 9, não obstante, ao compromisso e a capacidade do controlador em realizar aportes caso as ações não apresentem os resultados esperados.

Suportado por um plano de negócios, a Andbank DTVM Ltda (empresa controlada pelo Banco) efetuou a migração de suas atividades operacionais para o Banco Andbank (Brasil) S.A. Esse plano de negócio já está em vigor, haja vista a transferência dos serviços de intermediação e custódia a partir do dia 02 de abril de 2018 para Banco.

Adicionalmente, o Grupo Andbank Brasil assinou em 23 de março de 2018 um acordo operacional com a Triar Agentes Autônomos (“Triar”), o qual teve vigência a partir do dia 1º de abril de 2018 e possibilitará ao Banco aumentar significativamente os recursos sob sua distribuição (vide nota 11 b.).

Em 03 de julho de 2019, o Banco Andbank Brasil assinou um novo acordo operacional com a Capital Serviços de Agente Autônomo de Investimento Ltda. (“Capital”), o qual teve vigência a partir do dia 1º de agosto de 2019, possibilitando a expansão significativa dos recursos sob sua distribuição (vide nota 10).

Conforme Ata da assembleia geral extraordinária de 15 de fevereiro de 2019, a Administração do Banco Andbank aprovou a incorporação da sua controladora direta Andbank (Brasil) Holding Financeira Ltda., na data base de 30 de junho de 2018. A incorporação foi aprovada pelo Banco Central do Brasil em 10 de maio de 2019.

A seguir demonstramos os valores de incorporação referente a data base de 30 de junho de 2018 e de variações patrimoniais até a data de aprovação da incorporação em 15 de fevereiro de 2019:

	Saldo em 30.06.2018	Variação Patrimonial	Saldo em 15.02.2019
Disponibilidade	92	389	481
Títulos e Valores Mobiliários	385	(385)	-
Outros Créditos	95	5	100
Permanente	3.411	(101)	3.310
Total do Ativo	3.983	(92)	3.891
Outras Obrigações	-	(1)	(1)
Patrimônio Líquido	3.982	(90)	3.892
Total do Passivo	871	898	3.891

2 Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

2.1 Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base na legislação societária e nas práticas contábeis adotadas no Brasil e em conformidade com as normas e instituições do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) já aprovados pelo CMN, quando conflitantes às normas, prevalecerá as do BACEN.

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional do Banco e foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 25 de março de 2020.

2.2 Reapresentação das demonstrações financeiras

Em atendimento ao pronunciamento técnico CPC 23, foram efetuados ajustes no Balanço Patrimonial, na Demonstração do Fluxo de Caixa e nas Notas Explicativas de 31 de dezembro de 2018 para refletir provisionamento complementar ao exercício de 2017, referente ao litígio cível abordado na nota explicativa 14 e seus respectivos efeitos tributários, conforme demonstrado no quadro abaixo:

	31.12.2018		31.12.2018
	Original	Complemento	Reapresentado
<u>Balanco Patrimonial</u>			
Realizável a longo prazo			
Outros créditos diversos (a)	24.756	2.698	27.454
Exigível a longo prazo			
Outras obrigações diversas – Provisão para contingências (b)	7.761	6.746	14.507
Patrimônio líquido			
Prejuízos acumulados (c)	(38.518)	(4.048)	(42.566)
<u>Demonstração do Fluxo de Caixa</u>			
Variação de ativos e passivos			
Aumento em outros créditos e outros valores e bens	(21.547)	(2.698)	(24.245)
Aumento em outras obrigações (d)	757	2.698	3.455
<u>Notas Explicativas</u>			
8.b. Outros créditos diversos			
Créditos tributários (a)	23.667	2.698	26.365
13.b. Outras obrigações diversas			
Provisão para passivos contingentes (b)	7.761	6.746	14.507

- (a) Credito tributário de diferença temporária no valor de R\$ 2.698, apurada sobre provisão complementar de litígio civil.
 (b) Provisão complementar de processo civil, no valor de R\$ 6.746, referente a disputa sobre contrato de crédito cedido (vide nota explicativa 14)
 (c) Efeito da provisão complementar de processo civil, líquido da constituição do crédito tributário.
 (d) Valor referente a variação em outras obrigações líquida do impacto no Patrimônio Líquido.

2.3 Principais práticas contábeis

2.3.1 Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

2.3.2 Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data base das demonstrações financeiras.

2.3.3 Títulos e valores mobiliários

Conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados da seguinte forma:

- **Títulos para negociação:** são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício;
- **Títulos disponíveis para venda:** são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento, e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários; e
- **Títulos mantidos até o vencimento:** são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício.

Os títulos classificados como títulos para negociação, independentemente da sua data de vencimento, são classificados integralmente no ativo circulante, conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068/01.

Para apuração dos valores de mercado dos instrumentos financeiros são utilizadas as taxas referenciais médias, praticadas para operações com prazo similar na data do balanço, divulgadas pela Anbima, B3 - Brasil, Bolsa e Balcão, Bloomberg e administradores de fundos de investimento.

2.3.4 Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados contabilmente, segundo a intenção da administração, na data de sua aquisição, conforme determina a Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002.

Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados na administração das exposições próprias do Banco. As valorizações ou desvalorizações são registradas em “resultado com instrumentos derivativos”. As operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliadas a valor de mercado, contabilizando-se sua valorização ou desvalorização no resultado.

A composição dos valores registrados em instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de compensação, está apresentada na nota nº 4c. destas demonstrações financeiras.

2.3.5 Operações de crédito

As operações de crédito são registradas ao custo corrigido, calculadas “pro rata” com base no indexador e na taxa de juros pactuados, sendo atualizadas até o 59º dia de atraso. A partir do 60º dia, deixam de ser apropriadas, e o seu reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações, conforme determina o art.9º da Resolução CMN nº 2.682/99.

2.3.6 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, do BACEN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo).

As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa faixa por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível “H”, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A receita com registro de operações e operações cedidas sem coobrigação são reconhecidas no resultado na data em que as cessões são efetuadas.

2.3.7 Imobilizado de uso

São demonstrados ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações e amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo sua vida útil: móveis e utensílios e máquinas e equipamentos - 10% ao ano; sistema de processamento de dados e sistema de segurança - 20%

ao ano.

2.3.8 *Ativos intangíveis*

São compostos por direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da sociedade ou exercidos com essa finalidade. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperabilidade.

2.3.9 *Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (“impairment”)*

É reconhecida uma perda por “impairment” se o valor contabilizado de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por “impairment” são reconhecidas no resultado do exercício. A partir de 2008, os valores dos ativos não financeiros, exceto os créditos tributários são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por “impairment”.

No exercício de 2019, o Banco reconheceu perda por “impairment” sobre o ágio adivindo da incorporação reversa de sua controladora (vide nota 1), no valor de R\$ 8.505, registrados na rubrica outras despesas operacionais. No mesmo período, foi reconhecido reversão com provisão do referido ágio no mesmo montante, registrados na mesma rubrica. Em 2018 a Administração não reconheceu perdas por “impairment”.

2.3.10 *Imposto de renda e contribuição social*

As provisões são calculadas considerando a legislação pertinente a cada encargo para efeito das respectivas bases de cálculo e suas respectivas alíquotas: imposto de renda (15% mais adicional de 10%), contribuição social (15% até agosto de 2015 e 20%, para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019), PIS (0,65%) e COFINS (4%). Em 13 de novembro de 2019 foi publicada a Emenda Constitucional 103, que majora novamente a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL de 15% para 20%, a partir de março de 2020, aplicável apenas para Bancos.

Também é observada pelo Banco a prática contábil de constituição, de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias, base negativa de CSLL e prejuízos fiscais. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base em expectativas de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 9, foram constituídos créditos tributários sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal (devido a mudança de controle acionário, cujo histórico de prejuízos seja decorrente de sua fase anterior) e base negativa, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos, conforme mencionado pelo inciso II do artigo 1º da Resolução nº 3.355 de 21 de março de 2006, do Conselho Monetário Nacional - CMN, a instituição financeira somente pode efetuar o registro contábil de créditos tributários caso haja expectativa de geração de lucro ou receitas tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudo técnico que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos

e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de dez anos.

A administração do Banco, baseada em Plano de Negócios, estima lucros tributáveis futuros o que demonstra a probabilidade de ocorrência de obrigações fiscais, cujo montante pode ser considerado como suficiente para realização dos créditos tributários.

2.3.11 *Estimativas contábeis*

A preparação das demonstrações financeiras requer adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações de contingências passivas e despesas nos exercícios demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referente a probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas. O Banco revisa periodicamente suas estimativas e premissas.

2.3.12 *Despesas antecipadas*

São controladas por contrato e contabilizadas na rubrica de despesas antecipadas. A apropriação dessa despesa ao resultado do exercício é efetuada de acordo com o prazo de vigência dos contratos.

2.3.13 *Ativos e Passivos contingentes e obrigações legais*

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes, obrigações legais (fiscais e previdenciárias) e provisão para risco são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 do Conselho Monetário Nacional, que aprovou o Pronunciamento Técnico nº 25, emitido pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis, sendo os principais critérios:

- **Ativos contingentes** - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- **Passivos contingentes** - classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, os classificados como prováveis são provisionados e divulgados em nota explicativas, enquanto aqueles classificados como perdas remotas não são passíveis de provisão ou divulgação; e
- **Obrigações legais (fiscais e previdenciárias)** - referem-se as demandas administrativas ou judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, independentemente à classificação do risco, e atualizadas de acordo com a legislação vigente.

2.3.14 *Outros Ativos e passivos circulantes, realizáveis e exigíveis a longo prazo*

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor do Banco, e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando o Banco possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como realizáveis e exigíveis a longo prazo.

2.3.15 Combinações de negócios

Combinações de negócios são registradas na data de aquisição, isto é, na data em que o controle é transferido para o Banco utilizando o método de aquisição. Controle é o poder de governar a política financeira e operacional da entidade de forma a obter benefícios de suas atividades. Quando da determinação da existência de controle, o Banco leva em consideração os direitos de votos potenciais que são atualmente exercíveis.

O ágio correspondente ao valor pago excedente ao valor contábil do investimento adquirido, decorrente da expectativa de rentabilidade futura, será amortizado com base nas projeções de resultado anual e submetido anualmente ao teste de redução ao valor recuperável de ativos.

2.3.16 Investimentos

Os investimentos em sociedades controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

2.3.17 Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos exercícios em que ocorrem, sempre simultaneamente quando se correlacionam, independentemente de seu recebimento ou pagamento.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas das demonstrações financeiras.

2.3.18 Participações no resultado

As participações no resultado são constituídas pelo pagamento de benefício aos funcionários, calculada de acordo com a convenção coletiva e através de programa próprio de plano de participação homologado no Sindicato dos Bancários de São Paulo, e estão registradas na conta de despesas de pessoal, na demonstração de resultado.

2.3.19 Lucro (prejuízo) líquido por ação

É calculado com base na quantidade de ações em circulação do capital social integralizado na data das demonstrações financeiras.

2.3.20 Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

2.3.21 Alterações de normas contábeis

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638 com o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo “*International Accounting Standards Board - IASB*”.

Em decorrência deste processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo CMN.

Desta forma o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN, quais sejam:

- **CPC 00** - Pronunciamento contábil básico (R1) - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12;
- **CPC 01 (R1)** - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
- **CPC 02 (R2)** - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - homologado pela Resolução CMN nº 4.524/16;
- **CPC 03 (R2)** - Demonstrações do fluxo de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
- **CPC 04 (R1)** - Ativo Intangível - homologado pela Resolução CMN nº 4.534/16;
- **CPC 05 (R1)** - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
- **CPC 10 (R1)** - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
- **CPC 23** - Registro contábil e evidenciação de políticas contábeis, mudança de estimativa e retificações de erros - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;
- **CPC 24** - Divulgação de eventos subsequentes ao semestre a que se referem as demonstrações contábeis - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11;
- **CPC 25** - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;
- **CPC 27** - Ativo Imobilizado - homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16;
- **CPC 33** - Benefícios pago a empregados - homologado pela Resolução 4.424/15.

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem tampouco, se a utilização dos mesmos será de forma prospectiva ou retrospectiva para as demonstrações financeiras do Banco.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	2019	2018
Disponibilidades	3.062	2.034
Disponibilidade em moeda estrangeira	1.719	351
Aplicações interfinanceiras de liquidez (a)	11.502	98.323
Total	16.283	100.708

(a) São operações compromissadas que possuem vencimento em D+1.

4 Títulos e valores mobiliários e Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, os títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros estavam assim compostos:

a. Diversificação por categoria e tipo dos títulos e valores mobiliários:

	2019			2018		
	Custo atualizado	Valor contábil/ Mercado (i)	Valor Ajuste a mercado	Custo atualizado	Valor contábil/ Mercado (i)	Valor Ajuste a mercado
<u>Títulos para negociação</u>						
<i>Carteira própria:</i>						
Debêntures	6.224	6.207	(17)	7.194	7.194	-
Certificados de recebíveis imobiliários	822	821	(1)	-	-	-
Certificados de recebíveis agrícolas	2.357	2.357	-	-	-	-
<i>Vinculados à prestação de garantias (ii):</i>						
Cotas de fundos de investimentos (iii)	2.931	2.931	-	2.859	2.859	-
Subtotal	12.334	12.316	(18)	10.053	10.053	-
<u>Títulos Disponível para venda</u>						
<i>Carteira própria:</i>						
Letras financeiras do tesouro	14.633	14.632	(1)	394	395	1
Letras do tesouro nacional	20.092	20.159	67	-	-	-
	34.725	34.791	66	394	395	1
<i>Vinculados à prestação de garantias (ii):</i>						
Letras financeiras do tesouro	31.326	31.326	-	32.489	32.625	136
	31.326	31.326	-	32.489	32.625	136
Subtotal	66.051	66.117	66	32.883	33.020	137
Total	78.385	78.433	48	42.936	43.073	137

- (i) O valor justo dos títulos e valores mobiliários foram apurados com base em preços e taxas praticados em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, divulgados pela Anbima - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais, pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão e pelos administradores dos fundos de investimento.
- (ii) Os títulos vinculados à prestação de garantias são: Títulos Públicos para garantir operações de contratos futuros na B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão e as cotas do fundo de investimento caucionados em Instituição Financeira, para garantir contratos próprios de aluguel.
- (iii) As cotas de fundos de investimento foram atualizadas pelo respectivo valor da cota, no último dia útil do exercício.

Em 2019 e 2018 não houve reclassificações entre categorias dos títulos e valores mobiliários.

b. Diversificação por prazo dos títulos e valores mobiliários:

	2019	2018
Sem vencimento	2.931	2.859
A vencer até 360 dias	31.342	5.039
A vencer acima de 360 dias	44.160	35.174
Total	78.433	43.072

c. Instrumentos financeiros derivativos – Negociação

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de atender às necessidades próprias, cujos registros são efetuados em contas patrimoniais, de resultado e de compensação.

A instituição utiliza derivativos com uma perspectiva de baixo risco. Os derivativos são utilizados dentro de um conceito de cobertura local de risco de mercado dos investimentos do grupo no Brasil, não configurando posições especulativas e principalmente seguindo a estratégia global do Grupo Andbank estabelecidas pelo Comitê de Ativos e Passivos e pelo seu economista-chefe.

Os riscos de mercado e crédito associados a esses produtos, bem como riscos operacionais, são similares aos relacionados a outros tipos de instrumentos financeiros. Para os instrumentos financeiros derivativos, são estabelecidos e mantidos procedimentos de avaliação da necessidade de ajustes prudenciais em seus valores, previstos pela Resolução CMN nº 4.277, independente da metodologia de apuração adotada e observados critérios de prudência, relevância e confiabilidade.

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a composição dos instrumentos financeiros derivativos, estava assim apresentada:

	Contraparte	2019			2018	
		Valor Referencial	Valor Patrimonial	Ajuste ao valor justo	Valor justo	Valor justo
Termo de moedas (NDF)						
Dólar (PTAX) x REAL	Inst. Financeira	233.781	8.567	403	8.969	4.683
Contratos de futuro						
Dólar (PTAX)	B3	Posição Compra	Valor Referencial 233.302		Ajuste de posição (1.590)	Ajuste de posição (866)

Os contratos de Futuros são registrados na B3 S.A. Brasil, Bolsa e Balcão e os contratos de NDF são registrados na CETIP.

A operação de NDF e seu hedge (Futuro de Dólar) possuem riscos associados ao descasamento de fluxos, enquanto a operação de futuro possui ajuste diário, o NDF possui apenas o fluxo no vencimento. Adicionalmente, para os contratos futuros, a câmara de liquidação exige o aporte de colaterais para manter as posições abertas.

Assim, a área de riscos do Banco projeta em seu acompanhamento diário, o fluxo de caixa dos próximos 90 dias, com o objetivo de identificar eventuais necessidades de liquidez. Para o cumprimento da garantia são alocados títulos públicos da própria carteira do Banco que apesar de

diminuir a liquidez, o impacto é baixo dado o acompanhamento dos riscos e a solvência da unidade Brasil ser elevada.

Os ajustes a receber das operações do mercado futuro são registrados na conta “Outros créditos - Negociação e intermediação de valores”, e a pagar registrados na conta “Outras obrigações – Negociação ou intermediação de valores” (vide nota 13c). O valor de mercado desses derivativos foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão. A margem dada em garantia das operações negociadas na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão com instrumentos financeiros derivativos é composta por títulos públicos federais, no montante de R\$ 31.326 (R\$ 32.625 em 2018). Os valores referenciais estão registrados em contas de compensação.

d. Diversificação por prazo dos instrumentos financeiros derivativos

	2019	2018
<u>Ativo</u>		
NDF Dolar x Real		
Até 3 meses	8.969	4.683
<u>Passivo</u>		
Futuros Dolar		
Até 3 meses	(1.590)	(866)

e. Resultados reconhecidos de aplicações interfinanceiras, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

	2º. Semestre 2019	2019	2018
Resultado de aplicação interfinanceira de liquidez	1.277	3.491	2.461
Resultado sobre títulos e valores mobiliários	10.110	16.798	5.677
Resultado sobre instrumento financeiro derivativo - NDF (a)	8.969	34.525	4.917
Resultado sobre contrato de futuro	(7.543)	(30.738)	4.569
Total	12.813	24.076	17.624

(a) O total de ajuste de marcação a mercado, registrado no resultado foi de R\$ 75 (R\$ (234) em 2018).

O valor de ajuste de marcação a mercado, referente aos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para venda, em 31 de dezembro de 2019 foi de ganho R\$ 66 (R\$ 137 em 2018) e estão registrados na rubrica ajustes de avaliação patrimonial no Balanço Patrimonial, líquido dos efeitos tributários.

5 Relações interfinanceiras

Os créditos vinculados são representados, basicamente, por valores requeridos pelo BACEN, para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos a prazo, microfinanças e crédito rural.

6 Operações de crédito

As informações da carteira de operações de crédito, em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, são assim sumarizadas:

a. Composição da carteira de operações de crédito por modalidade de operação

	2019	2018
Cédulas de crédito bancário (CCB)	6.651	695
Adiantamento a depositantes	1.326	-
Sub-total operações de crédito	7.977	695
Outros créditos (vide nota 8b)	293	454
Total	8.270	1.149
Ativo circulante	3.100	794
Ativo realizável a longo prazo	5.170	355

b. Diversificação da carteira por vencimento

	2019				2018	
	A vencer		Vencidos		A vencer	
	Saldo	%	Saldo	%	Saldo	%
Até 90 dias	461	6,64	1.326	100,00	702	61,10
De 91 a 180 dias	449	6,47	-	-	42	3,66
De 181 a 360 dias	863	12,43	-	-	50	4,35
Acima 360 dias	5.171	74,47	-	-	355	30,90
Total	6.944	100,00	1.326	100,00	1.149	100,00

c. Diversificação da carteira por segmento de mercado

	2019		2018	
	Saldo	%	Saldo	%
<u>Setor privado:</u>				
Outros serviços	293	3,54	454	39,51
Pessoas físicas	7.977	96,46	695	60,49
Total	8.270	100,00	1.149	100,00

d. Diversificação da carteira por nível de concentração

	2019		2018	
	Saldo	%	Saldo	%
Maior devedor	3.329	40,25	677	58,92
Demais devedores	4.941	59,75	472	41,08
Total	8.270	100,00	1.149	100,00

e. Composição da carteira por nível de risco

Nível de risco	%	2019				2018	
		Curso normal	Vencidas	Total da carteira	Provisão	Total da carteira	Provisão
AA	-	293	-	293	-	1.131	-
A	0,5	6.651	9	6.660	(33)	1	-
B	1,0	-	-	-	-	17	-
D	10,0	-	1.317	1.317	(132)	-	-
Total		6.944	1.326	8.270	(165)	1.196	-

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, não foram registradas baixas de crédito para prejuízo e não foram renegociadas operações de crédito.

7 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa encontra-se apresentada no quadro a seguir:

	2019	2018
Saldo Inicial	-	3
Constituição de provisão	165	-
Reversão de provisão	-	(3)
Total	165	-

8 Outros créditos

a. Rendas a receber

	2019	2018
Comissões e Corretagens a receber (a)	3.148	2.232
Total	3.148	2.232
Ativo circulante	3.148	2.232

(a) Refere-se a comissões e corretagens a receber de colocações de títulos e rebate de fundos.

b. Diversos

	2019	2018
Créditos tributários (nota 9)	29.528	26.365
Devedores por depósito em garantia (b)	14.634	13.923
Partes relacionadas - valores a receber empresas do grupo (nota 16)	4.884	3.837
Títulos e créditos a receber	-	1.080
Impostos e contribuições a compensar (a)	553	786
Outros créditos (nota 6)	293	454
Devedores diversos	81	192
Outros	497	45
Total	50.470	46.682
Ativo circulante	20.781	19.228
Ativo realizável a longo prazo	29.689	27.454

- (a) Refere-se a valores de impostos e contribuições antecipados em exercícios anteriores para os quais a compensação será realizada de acordo com a legislação tributária vigente.
- (b) Refere-se substancialmente a um depósito cível de cumprimento provisório de aproximadamente R\$ 13.654 (R\$ 12.925 em 2018).

9 Créditos tributários

Em consonância com a resolução 3.059/02 e alterações posteriores com a resolução 3.355/06, emanada pelo CMN, as instituições financeiras e demais entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil somente podem efetuar registro contábil dos créditos tributários sobre prejuízo fiscal de imposto de renda da pessoa jurídica (IRPJ), base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), e aquele fruto de diferenças temporárias, desde que, para este caso sejam atendidas as seguintes condições (redação dada pela Resolução nº 3.355/06):

- I Apresentem histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, comprovado pela ocorrência dessas situações em, pelo menos, três dos últimos cinco exercícios sociais, período esse que deve incluir o exercício em referência;
- II Haja expectativa de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudo técnico que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de dez anos.

O Banco está em fase de conclusão do processo de transformação para implantação do novo modelo Andbank Private Bankers no Brasil. As principais áreas de transformação são Back Office e Front Office, com a criação de um portal para nossos clientes, o que, aliado a investimentos que estão sendo realizados no departamento comercial, permitirão ao Banco uma forte expansão dos recursos sob gestão nos próximos anos e, consequentemente, a elevação do faturamento com estimativa de obter um lucro tributável futuro para realização do crédito tributário, não obstante, ao compromisso e a capacidade do controlador em realizar aportes caso as ações não apresentem os resultados esperados.

Adicionalmente, em julho de 2017, o Banco aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) para o pagamento de um processo da Receita Federal com relação às dívidas referentes a Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro líquido referentes ao biênio 2009 – 2010, época na qual o Banco ainda não era controlado pelo Andbank.

Em dezembro de 2018, o Banco realizou a consolidação do programa através do consumo de R\$ 31.356 de base negativa da Contribuição Social, acarretando na utilização de R\$ 6.271 do crédito tributário.

Abaixo quadro com os créditos tributários ativados pelo Banco, líquidos do passivo fiscal diferido, e as seguintes movimentações:

	Saldo 31/12/2018	Constituição	Realização	Saldo 31/12/2019
Adições temporárias				
Provisão contingência trabalhista	342	16	-	358
Provisão devedores duvidosos	18	70	(1)	87
Processos cíveis	5.390	1.069	-	6.459
Processos fiscais	-	90	-	90
Bônus	-	1.028	-	1.028
Outras adições temporárias	71	106	(176)	1
Ajuste valor de mercado positivo (TVM)	(382)	1.119	(737)	-
Ajuste valor de mercado negativo (TVM)	332	648	(972)	8
Ágio	139	-	(139)	-
Ajuste valor de mercado (NDF)	94	-	(475)	(381)
Prejuízo fiscal compensável e base negativa	20.361	1.517	-	21.878
Total	26.365	5.663	(2.500)	29.528

A previsão para realização dos créditos tributários é estimada em 1,0% no 1º ano, 3,8% no 2º ano, 9,1% no 3º ano, 15,6% no 4º ano, 22,9% no 5º ano, 26,4% no 6º ano e 21,1% no 7º ano.

Para o cálculo do valor presente dos créditos tributários foi utilizada a taxa Selic, em 31 de dezembro de 2019, o valor presente é de R\$ 22.970 (R\$ 14.335 em 2018).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 o Banco possui o montante de R\$ 29.528 ativados referente a créditos tributários (R\$ 26.365 em 2018). No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 o Banco não possuía créditos tributários não ativados.

10 Outros valores e bens

	2019	2018
Despesas antecipadas (a)	20.118	16.487
Bens não de uso próprio	3.101	3.101
Total	23.219	19.588
Provisão com bens não de uso próprio	(28)	(28)
Total	23.191	19.560
Ativo circulante	4.148	3.479
Ativo realizável a longo prazo	19.043	16.081

- (a) Em 2018, referem-se, principalmente, ao sign bônus de exclusividade pagos à Triar (nota 11.b) no montante de R\$ 14.444. Em 2019, referem-se, principalmente, ao sign bônus de exclusividade pagos à Capital Serviços de Agente Autônomo de Investimento Ltda. ("Capital"), no montante de R\$ 16.832, referente ao contrato de acordo operacional assinado em 03 de julho de 2019, o qual teve vigência em 1º de agosto de 2019.

11 Permanente

a. Imobilizado de uso

	Taxa de depreciação	2019			2018
		Imobilizado	Dep. acumulada	Total	Total
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	12.657	(1.655)	11.002	3.342
Equipamentos de informática/comunicação	10%	3.970	(2.737)	1.233	1.874
Veículos	10%	140	(121)	19	9
Equipamentos de segurança	20%	102	(47)	55	76
Total		16.869	(4.560)	12.309	5.301

b. Ativos intangíveis

	Taxa de amortização	2019			2018
		Intangível	Amortização acumulada	Total	Total
Ativos intangíveis	(a)	49.769	(4.930)	44.839	10.512
Ágio na combinação de negócios	(b)	26.377	(362)	26.015	-
Ágio na aquisição de investimentos (c)	20%	673	(483)	190	325
Total		76.819	(5.775)	71.044	10.837

- (a) Em 2018, refere-se, substancialmente, ao custo de transformação tecnológica do banco, para configuração e parametrização inicial, desenvolvimento e execução dos testes individuais e integrados dos novos sistemas (taxa de depreciação 10%). Em 2019, refere-se substancialmente, ao valor da combinação de negócios com o grupo Triar, atribuído ao ativo intangível de acordo com o estudo de alocação do preço (“PPA” – *Purchase Price Allocation*) no montante de R\$ 33.060, segregados em: R\$ 28.655 alocados à relacionamentos com clientes e R\$ 4.405 alocados à condições de não competição. A taxa de amortização é respectivamente 5,0% e 29,3%. O PPA, representa um estudo preliminar, passível de ajustes, sendo sua versão final esperada para ser emitida durante o exercício de 2020.
- (b) Refere-se ao ágio pago na combinação de negócio com o grupo Triar, conforme estudo de alocação do preço (“PPA” – *Purchase Price Allocation*). A taxa média de amortização 8,23%
- (c) Em 06 de junho de 2016, o Banco adquiriu 100% do controle acionário da Andbank Financeira Ltda. que detém 99,99% do controle acionário da Andbank DTVM Ltda. Por ocasião desta aquisição e com base na apuração do preço de compra x valor contábil e no estudo de alocação de preço de compra (“PPA”), foi apurado ágio baseado em expectativa de rentabilidade futura.

Em 23 de março de 2018, o Banco assinou um acordo operacional com a Triar Agentes Autônomos (“Triar”), o qual teve vigência a partir do dia 1º de abril de 2018 e vem possibilitando ao Banco aumentar significativamente os recursos sob sua distribuição. A Triar também desenvolve atividades de gestão de patrimônios, consultoria financeira e distribuição de ativos financeiros para clientes de alta renda. Em 31 de outubro de 2019, foi apurado o valor total do acordo, no montante de R\$ 59.437, dos quais R\$ 27.987 foram pagos e o residual, R\$ 31.450 será pago em 04 parcelas anuais. De acordo com o estudo de alocação do preço (PPA – *Purchase Price Allocation*), o valor atribuído ao negócio representa R\$ 33.060, segregados em: R\$ 28.655 a

relacionamentos com clientes e R\$ 4.405 alocados a condições de não competição. O valor excedente de R\$ 26.377 foi registrado como ágio na combinação de negócios (vide a e b acima).

12 Depósitos

a. Composição por vencimento

	2019			2018
	À vista	A prazo		Total
Vencimentos		não ligadas	ligadas	Total
Sem vencimento	24.723	-	-	10.390
Até 30 dias	-	-	-	66
De 31 a 60 dias	-	-	-	103
De 61 a 90 dias	-	-	-	207
De 91 a 180 dias	-	154	-	564
De 181 a 360 dias	-	81	-	14.190
Acima de 360 dias	-	4.786	99	8.954
Total	24.723	5.021	99	29.843
Passivo circulante				24.958
Passivo exigível a longo prazo				4.885
				25.520
				8.954

b. Composição por segmento de mercado

Composição	2019			2018
	À vista	A prazo	Total	Total
Entidades ligadas	3.797	99	3.896	12.166
Governo	587	-	587	571
Pessoas físicas	16.361	3.617	19.978	15.467
Pessoas jurídicas	3.978	1.404	5.382	6.270
Total	24.723	5.120	29.843	34.474

c. Concentração por depositantes

Composição	2019			2018
	À vista	A prazo	Total	Total
10 maiores	11.580	4.336	15.916	25.657
50 seguintes	8.585	784	9.369	8.817
Demais	4.558	-	4.558	-
Total	24.723	5.120	29.843	34.474

13 Outras obrigações

a. Fiscais e previdenciárias

	2019	2018
IOF a recolher	1.025	1.037
Impostos e contribuições a recolher	1.437	977

Provisão para imposto e contribuições diferidos	30	-
Total	2.492	2.014
Passivo circulante	2.492	2.014

b. Diversas

	2019	2018
Provisão para passivos contingentes (nota 14)	15.349	14.507
Despesas de pessoal	3.837	1.583
Fornecedores	1.468	728
Valores a pagar partes relacionadas (nota 15)	70	65
Credores diversos (a)	33.773	524
Outros	-	211
Total	54.497	17.618
Passivo circulante	13.300	3.111
Passivo exigível a longo prazo	41.197	14.507

(a) R\$ 31.450 refere-se as parcelas anuais a pagar ao Grupo Triar referente ao acordo operacional (vide nota 11.b)

c. Negociação e intermediação de valores

	2019	2018
Operações com ativos financeiros e mercadorias a liquidar	1.590	866
Comissões e corretagens a pagar	2.772	566
Outros	-	59
Total	4.362	1.491
Passivo circulante	4.362	1.491

14 Contingências

Movimentação dos processos

O Banco é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, às quais vem contestando judicialmente a legalidade da exigência de diversos impostos e contribuições, bem como vem respondendo a diversos processos na esfera fiscal, trabalhista e cível como segue:

	Fiscais	Cíveis	Trabalhistas	Total
	(i)	(ii)	(iii)	
Saldo inicial 01/01/2019	177	13.475	855	14.507
Movimentação do semestre refletida no resultado	24	877	(59)	842
Atualização / encargos	24	935	57	1.016
Constituição	-	-	100	100
Reversão	-	(58)	(216)	(274)
Saldo Final 31/12/2019	201	14.352	796	15.349
Pagamentos	-	74	62	136
Depósito em garantia de recursos em 31/12/2019				14.634

- (i) Refere-se a uma obrigação legal decorrente do questionamento da base de cálculo de INSS, no montante de R\$ 52 (R\$ 39 em 2018), e de base de ISS no montante de R\$ 148 (R\$ 137 em 2018). Os assessores jurídicos do Banco classificaram a expectativa de perda como provável.
- (ii) Refere-se principalmente a ação cível movida contra o Banco, que objetiva discutir uma operação de crédito. Os assessores jurídicos do Banco classificam a expectativa de perda como provável.
- (iii) Refere-se a ações trabalhistas movidas contra o Banco, que objetivam discutir paridade aos direitos de bancários. Os assessores jurídicos do Banco classificaram a expectativa de perda como provável.

A Administração com base em informações de seus assessores jurídicos e na experiência anterior referente aos valores reivindicados constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas, considerando remotas as possibilidades de que eventuais pagamentos decorrentes da resolução final das demandas judiciais sejam superiores aos valores provisionados.

Processos relacionados a Correspondente Bancário: no contrato de Correspondente Bancário está prevista a responsabilidade por ações trabalhistas movidas por funcionários da empresa correspondente em face do Banco, assim como eventuais ações decorrentes da prestação de serviço executada pelo Correspondente. Desta forma, se o Banco for demandado judicialmente em ação que seja de responsabilidade do Correspondente e no caso desta ser uma empresa ativa, isto é, com capacidade financeira de pagamento e comprovada disposição histórica para suportá-los, o risco financeiro da contingência para o Banco é remoto. Cumpre ressaltar que a situação do Correspondente será monitorada e em caso de alteração substancial em sua situação econômico-financeira ou disposição voluntária para pagamento, o provisionamento será reavaliado.

Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível

O Banco e sua controlada possuem outras contingências avaliadas individualmente por nossos assessores jurídicos como perda possível, conforme quadro:

	2019	2018
Cíveis	5.277	5.355
Trabalhistas	1.288	2.290
Fiscais (a)	6.981	12.543
Total	13.996	20.188

- (a) Representado substancialmente por disputas com o Município de São Paulo, abrangendo ação anulatória de débito fiscal, auto de infração e execução fiscal.

15 Partes relacionadas

O Banco possui como controladora direta a Andorra Banc Agricol Reig S.A. (Em 2018, Andbank Brasil Holding Ltda, empresa incorporada pelo Banco (vide nota 1). Adicionalmente os acionistas possuem outras empresas as quais são consideradas partes relacionadas do Banco por possuírem controle em conjunto, sendo elas:

- Andbank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
- Andbank Corretora de Seguros de Vida Ltda.
- Andbank Gestão de Patrimônio Financeiro Ltda.

- Andbank Participações Ltda. (incorporada pela Andbank Corretora de Seguros de Vida Ltda. e pela Andbank Gestão de Patrimônio Financeiro Ltda., em 30 de abril de 2019)
- Andbank Wealth Participações Ltda. (incorporada pela Andbank Participações Ltda., em 30 de abril de 2019)
- APW Consultores Financeiros Ltda.

São consideradas pessoas chaves do Banco sua diretoria executiva, no exercício de 2019 essa remuneração foi de R\$ 1.554 (R\$ 980 em 2018).

As demais entidades que não possuem controle em conjunto e que pertencem ao grupo econômico são: Andbank Bahamas, AndPrivate Wealth S.A. (Suíça), Andbank Advisory LLC (Miami) e Andbank Luxemburgo.

O Banco manteve no exercício saldos ativos e passivos, receitas e despesas com as empresas, conforme apresentado no quadro a seguir:

	2019		2018	
	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
Andbank Corretora de Seguros de Vida Ltda.				
Valores a receber	27	348	70	105
Valores a pagar	-	(5)	-	(2)
Andbank Gestão de Patrimônio Financeiro Ltda.				
Valores a receber	105	1.563	580	859
Deposito a vista	(29)	-	-	-
Valores a pagar	(50)	(585)	(34)	(539)
Andorra Banc Agricol Reig S.A.				
Deposito em moeda estrangeira	1.719	74	352	-
Instrumento Financeiro Derivativo	8.969	34.525	4.683	4.683
Valores a receber	3.915	1.916	2.037	3.107
Andbank DTVM Ltda.				
Valores a receber	-	82	22	533
Valores a pagar	(20)	(213)	(27)	(411)
Andbank Bahamas				
Valores a receber	-	-	-	129
AndPrivate Wealth S.A.				
Valores a receber	-	-	46	438
Valores a pagar	-	(46)	-	-
Andbank Luxemburgo				
Valores a receber	124	86	1.081	589
Andbank Advisory LLC				
Valores a receber	714	714	-	-
APW Consultores Financeiros				
Depósito à vista	(599)	-	(1.129)	-

Andbank Yield FIM Credito Privado LP				
Depósito à prazo	-	-	(10.287)	(287)
Pessoas físicas				
Depósito à vista	(3.169)	-	(24)	-
Depósito à prazo	(98)	-	(725)	(4)
Total Instrumento Financeiro Derivativo	8.969	34.525	4.683	4.683
Total Deposito em moeda estrangeira	1.719	74	352	-
Total a receber - Outros Créditos Diversos	4.884	4.663	3.836	5.760
Total a pagar - Outras Obrigações Diversas	(70)	(803)	(61)	(952)
Total Depósito à Vista	(3.798)	-	(1.153)	-
Total Depósito à Prazo	(98)	-	(11.012)	(291)

Conforme legislação em vigor, a Companhia não pode conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativos, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até 2º grau;
- Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%;
- Pessoas jurídicas que participem, com mais de 10%, da própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau;

Dessa forma, não são efetuados pela Companhia empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria e seus familiares.

16 Patrimônio líquido

a. Capital Social

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2019 está composto por 375.313.370 (374.162.690 em 2018) ações ordinárias, sem valor nominal.

Em 30 de outubro de 2018 foi deliberado o aumento do capital do Banco Andbank no valor de R\$ 84.359 com emissões de 173.964.881 novas ações. Em 8 de novembro de 2018 ocorreu a homologação do aumento de capital pelo Banco Central do Brasil.

Em 15 de fevereiro de 2019, foi deliberado o aumento de capital do Banco Andbank através do processo de incorporação da sua controladora direta Andbank (Brasil) Holding Financeira Ltda., na data base de 30 de junho de 2018. Em decorrência da incorporação, o capital social foi aumentado em R\$ 571 (vide nota 1) passando para os atuais R\$ 221.716, mediante a criação de 1.150.680 (um milhão, cento e cinquenta mil e seiscentos e oitenta) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas pelo Andorra Banc Agricol Reig S.A., o qual passou a ser o único acionista do Banco. O processo de incorporação foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 10 de maio de 2019.

b. Reserva de capital

A reserva de capital, nos termos da Lei nº 11.638/07, somente poderá ser utilizada para (i) absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros; (ii) incorporação ao capital social; (iii) cancelamento de ações em tesouraria; e (iv) pagamento de dividendo a ações preferenciais, quando essa vantagem lhes for assegurada.

Em decorrência da incorporação da sua controladora direta Andbank (Brasil) Holding Financeira Ltda. (vide nota 1 e 16.a.), foi constituída reserva de reavaliação no valor de R\$ 3.411, representado pelo ativos intangível identificáveis na incorporação. Essa reserva é amortizada contra lucros e prejuízos acumulados simultaneamente a amortização do ativo que a originou.

c. Reserva de lucros

O saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social do Banco, e qualquer excedente deve ser capitalizado ou distribuído como dividendo.

Reserva legal - Nos termos da Lei nº 11.638/07 e do estatuto social, o Banco deve destinar 5% do lucro líquido de cada semestre social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado do Banco. Ademais, o Banco poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no semestre em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

Reserva estatutária - Nos termos da Lei nº 11.638/07 e do estatuto social, o Banco pode criar reservas, desde que determine a sua finalidade, o percentual dos lucros líquidos a ser destinado para essas reservas e o valor máximo a ser mantido em cada reserva estatutária. A destinação de recursos para tais reservas não pode ser aprovada em prejuízo do dividendo obrigatório.

17 Receitas de prestação de serviços

	2o. Semestre 2019	2019	2018
Rendas de intermediação (a)	12.402	18.209	8.468
Remuneração operação estruturada (b)	3.011	5.904	5.770
Rendas de serviços de custódia	385	791	595
Rendas de garantias prestadas	43	84	34
Tarifas bancárias	19	19	3
Total	15.860	25.007	14.870

- (a) Refere-se principalmente a rebate na comissão sobre taxa de administração e performance de fundos distribuídos por conta e ordem.
- (b) Refere-se basicamente a prestação de serviços em registro e estruturação de operações de crédito.

18 Despesas de pessoal

	2o. Semestre 2019	2019	2018
Proventos	(7.382)	(12.566)	(8.539)
Encargos Sociais	(2.093)	(3.768)	(3.436)
Benefícios	(1.390)	(2.620)	(2.089)
Pro labore	(1.050)	(1.554)	(980)

Remuneração de estagiários	(170)	(309)	(265)
Treinamento	(42)	(76)	(39)
Total	(12.127)	(20.893)	(15.348)

19 Outras despesas administrativas

	2o. Semestre	2019	2018
	2019		
Serviços do sistema financeiro (a)	(7.737)	(12.504)	(4.342)
Serviços técnicos especializados (b)	(1.028)	(2.287)	(5.024)
Processamento de dados	(2.728)	(5.805)	(5.739)
Aluguéis	(844)	(1.655)	(1.235)
Serviços de terceiros	(552)	(1.009)	(1.076)
Comunicações	(521)	(972)	(953)
Publicação	(6)	(75)	(95)
Viagens	(274)	(600)	(214)
Transporte	(47)	(103)	(76)
Outras	(1.223)	(2.218)	(1.550)
Total	(14.960)	(27.138)	(20.304)

- (a) Composto substancialmente por repasse de valores relacionados de gestão e administração das carteiras, comissão dos agentes autônomos e despesas bancárias.
- (b) Refere-se basicamente a serviços prestados por assessoria jurídica.

20 Outras receitas operacionais

	2o. Semestre	2019	2018
	2019		
Prestação de serviços exportação (a)	1.072	2.569	3.107
Reversão de provisões operacionais	452	915	8.871
Variações monetárias ativas	456	848	561
Interbancária	-	-	5
Recuperação de despesas	54	54	-
Outras receitas operacionais	574	1.153	876
Total	2.608	5.539	13.420

- (a) Refere-se a contrato firmado com partes relacionadas sobre a prestação de serviço de captação de clientes e consultoria.

21 Outras despesas operacionais

	2o. Semestre	2019	2018
	2019		
Amortizações e depreciações	(2.328)	(3.759)	(2.436)
Atualização de provisão fiscal, cível e trabalhista (nota14) (a)	(546)	(1.258)	(1.200)
Baixa de depósitos judiciais	-	(71)	(304)

Interbancária	(2)	(4)	(35)
Varição monetária passiva	(14)	(33)	(19)
Outras	(468)	(794)	(195)
Total	(3.358)	(5.919)	(4.189)

(a) Refere-se principalmente as atualizações monetárias dos processos contingenciais.

22 Imposto de renda e contribuição social

	Imposto de renda		Contribuição social	
	2019	2018	2019	2018
Resultado antes da tributação	(3.475)	8.531	(3.475)	8.531
<u>Efeitos das adições/exclusões</u>				
Adições permanentes	1.509	288	1.509	288
Adições temporárias	5.911	1.665	5.911	1.665
Exclusões temporárias	(3.528)	(8.737)	(3.528)	(7.947)
Exclusões definitivas	(68)	(642)	(68)	(642)
Base de cálculo antes das compensações de prejuízo fiscal e base negativa (30%)	349	1.105	349	1.895
(-) Compensação de prejuízos fiscais e base negativa	(105)	(332)	(105)	(569)
Ativo fiscal diferido	300	439	2.554	8.635
Base de cálculo	244	773	244	1.326
Alíquotas efetivas:				
- Imposto de renda corrente - (15% + 10% adicional)	(37)	(169)	-	-
- Contribuição social corrente - (15%)	-	-	(37)	(265)
Resultado do imposto de renda e contribuição social	(37)	(169)	(37)	(265)

23 Participações em Controladas

Empresa	Capital Social	Resultado exercício	Patrimônio Líquido	Quantidade de cotas possuídas	Participação no capital social	Valor do Investimento		Resultado equivalência	
						2019	2018	2019	2018
Andbank Financeira	850	537	870	98.525.837	99,99%	-	870	25	537
Andbank DTVM	1.095	(277)	594	114.343.674	99,98%	594	-	(302)	-
Total						594	870	(277)	537

Em 15 de fevereiro de 2019, a Andbank DTVM incorporou sua controladora direta Andbank Financeira Ltda., Em decorrência da incorporação, a composição do capital social passou a ser: 99,9818% Banco Andbank Brasil S.A. e 0,0182% Andorra Banc Agricol Reig S.A.

Saldos de Balanço

Andbank Financeira	2019	2018
Disponibilidade	370	-
Títulos e Valores Mobiliários	-	156
Outros Créditos	196	-
Outros Valores e Bens	27	-
Permanente	65	716
Total do Ativo	658	872
Outras Obrigações	47	2
Patrimônio Líquido	611	870
Total do Passivo	658	872

Demonstrações dos Resultados

Andbank Financeira	2019	2018
Resultado bruto da intermediação financeira	-	450
Outras receitas/despesas operacionais	(260)	326
Resultado operacional	(260)	774
Imposto de renda e contribuição social	-	(242)
(Prejuízo)/Lucro líquido do semestre	(260)	534

24 Outras informações

- a. O Banco e sua controlada encontram-se enquadrado nos Limites Mínimos de Capital Realizado e Patrimônio Líquido requeridos pela Resolução nº 2.099/94 do Banco Central do Brasil (BACEN)/ que versa sobre o Acordo de Basiléia e atualizada com o Novo Acordo de Capital (Basiléia III) através das Resoluções nº 4.192, 4.193 e 4.194, ambas de 1 de março de 2013, e circulares publicadas em 31 de outubro de 2013, que instituíram nova forma de apuração do Patrimônio de Referência Exigido (PRE).

Em 08 de Janeiro de 2015 o Andbank adquiriu 100% das ações do Banco. Com isso a Andbank DTVM Ltda. e o Banco passaram a fazer parte de um conglomerado prudencial onde o Banco é líder. Sendo assim, a partir de fevereiro de 2015 para atender a resolução 4.278/13, o Banco passa a informar as posições consolidadas.

Em 31 de dezembro de 2019, o índice de Basiléia do Banco Prudencial é de 36,7% (80,8% em

2018).

	2019	2018
Capital Principal antes das deduções	224.669	222.317
(-) Deduções do Capital Principal incluindo ajustes prudenciais	(135.925)	(69.669)
Patrimônio de Referência (PR)	88.744	152.648
(-) Margem sobre o Patrimônio de Referência Requerido	(69.410)	(136.354)
Patrimônio de Referência Mínimo requerido para o RWA	19.334	16.294
b. O Banco presta serviços a clientes de registro de operações em órgãos custodiantes, registrados em contas de compensação, no montante de R\$ 106.707 (R\$ 141.931 em 2018).		
c. A Medida Provisória nº 675 (MP 675/15) publicada em 22 de maio de 2015, foi convertida na Lei 13.169, publicada em 07 de outubro de 2015, elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL dos setores financeiro e segurador de 15% para 20% a partir de 1º de setembro de 2015 até dezembro de 2018 e 15% a partir de janeiro de 2019. Em 13 de novembro de 2019 foi publicada a Emenda Constitucional 103, que majora novamente a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL de 15% para 20%, a partir de março de 2020, aplicável apenas para Bancos.		
d. Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, informamos que a empresa contratada para revisão das demonstrações financeiras e auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e em 2018, não prestou outros serviços ao Banco que não o de auditoria independente.		

25 Estrutura de gerenciamento de riscos

- **Gerenciamento do risco operacional**

É definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A premissa do trabalho de gerenciamento de risco operacional é promover a adequação dos processos e das rotinas internas do Banco aos padrões estabelecidos pela Diretoria e em cumprimento às exigências do Banco Central através da Resolução nº 4.557/17.

Para alocação de capital para o risco operacional o Banco optou pela utilização da Abordagem do Indicador Básico de alocação de capital. O Conglomerado possui área para gestão de risco operacional. Independente da área de negócios, que acompanha os riscos operacionais dos seus negócios bem como das áreas de controle, analisa os casos onde houve perdas relevantes e acompanha a implementação das melhorias a fim de se evitar novas perdas superiores ao apetite para este risco. O Conglomerado possui um Comitê de Riscos que se reúne periodicamente onde se analisa a estrutura de gerenciamento, eventos relevantes no período, implementação das melhorias, etc. O conglomerado também possui política para recuperação em desastres e realiza testes periódicos.

- **Gerenciamento do risco de mercado**

Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas em decorrência da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pelo Banco. Entre os eventos de risco de mercado, incluem-se os riscos de:

- Operações sujeitas à variação cambial;
- Taxas de juros;
- Preços de ações;
- Preços de mercado (“commodities”).

O gerenciamento de risco de mercado é efetuado de forma centralizada, pela área de Gestão de Riscos, que mantém independência com relação à Tesouraria e Mercado de Capitais, aplicando a política e diretrizes fixadas pelo Comitê de Diretoria e monitorados no Comitê de Ativos e Passivos - COAP. O risco decorrente da exposição de suas operações é gerenciado por meio de políticas de controle, que incluem a determinação de limites operacionais e o monitoramento das exposições líquidas consolidadas.

Para o monitoramento do risco de mercado, o Valor a Risco (VaR) é calculado diariamente a partir de técnicas estatísticas para estimar a perda financeira possível para um dia, levando-se em conta o comportamento do mercado. O cálculo do VaR é a marcação a mercado (MTM) da carteira de negociação. O processo consiste na atualização diária dos valores financeiros utilizando-se das curvas e preços de mercado.

- **Gerenciamento do risco de crédito**

Busca fornecer subsídios à definição de estratégias, além do estabelecimento de limites, abrangendo análise de exposição e tendências, bem como a eficácia da política de crédito elaborada pelo Comitê de Crédito. O Comitê de Crédito delibera essa atividade estratégica essencial. Ele é composto por diretores, gerentes e analistas do Banco que votam sobre cada operação. As reuniões do Comitê de Crédito são precedidas por uma análise das características do tomador, de seu negócio, do setor de atividade e etc. As conclusões de tal análise são apresentadas sob a forma de relatório aos membros do Comitê que deliberam após exposição do analista responsável. O atendimento aos limites estabelecidos pelo Comitê de Crédito é acompanhado, diariamente, pela área responsável pela gestão de risco e pela Diretoria do Banco.

- **Gerenciamento do risco de liquidez**

É a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - “descasamento” entre pagamentos e recebimentos que possam afetar a capacidade de pagamento do Banco, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações, de que trata a Resolução nº 2.804, de 21 de dezembro de 2000.

O risco de liquidez é monitorado diariamente através de projeções diárias dos saldos de caixa levando-se em conta as liquidações dos fluxos futuros dos seus ativos e passivos. Este controle é feito para evitar que o Banco tenha dificuldades em honrar suas obrigações futuras de pagamento ou incorrer em custos de captação maiores que aqueles regularmente praticados.

Os relatórios referentes a risco operacional e de mercado encontram-se à disposição na sede do Banco e estão divulgadas no site eletrônico da instituição (<https://www.andbank.com/brasil/governanca/>).

26 Benefícios Pós Emprego

Não existem benefícios pós emprego tais como pensões, outros benefícios de aposentadoria, com exceção dos previstos em acordo coletivo da categoria.

27 Eventos subsequentes

A Administração avaliou os impactos ocasionados referente aos acontecimentos recentes do COVID 19 e respectiva volatilidade apresentada no mercado financeiro. Há um impacto imediato em função da exposição a moeda estrangeira, representada por saldo em conta corrente mantida no exterior assim como recebíveis de partes relacionadas fora do país, no montante total de US\$ 1.554. A desvalorização dos ativos detidos pelos investidores impacta negativamente os resultados da instituição, principalmente a rubrica relacionada às receitas com distribuição de fundos de investimentos (rendas de intermediação) e correspondente repasse aos agentes autônomos (despesas com serviços do sistema financeiro), no entanto a dimensão desta perda não é possível de ser estimada com os dados disponíveis até este momento podendo, inclusive, não ter impacto em função de uma eventual recuperação dos preços dos ativos. A Administração julga que com a situação atual da disseminação do surto e à luz das informações disponíveis até este momento, não há indicativos que teremos impactos relevantes que possam trazer efeitos representativos às projeções de caixa e tomadas de decisão.

* * *